

DMA Distribuidora S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da
DMA Distribuidora S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DMA Distribuidora S.A., (“Companhia”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira DMA Distribuidora S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

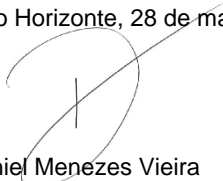
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2022



Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

DMA Distribuidora S.A.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	64.099	70.455
Contas a receber	5	499.495	293.176
Estoques	6	1.077.401	849.993
Impostos a recuperar	7	61.050	71.636
Outros ativos	10	13.609	6.022
Total do ativo circulante		1.715.654	1.291.282
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	8	314.090	271.950
Mútuo com terceiros	9	17.388	7.488
Depósitos judiciais	20	9.555	8.846
Outros ativos	10	5.000	5.001
		346.033	293.285
Propriedade para Investimento	11	35.350	8.362
Imobilizado	12	437.173	419.265
Intangível	13	171.322	231.882
Direito de uso	19	451.444	515.525
		1.095.289	1.175.034
Total do ativo não circulante		1.441.322	1.468.319
Total do ativo		3.156.976	2.759.601

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	14	897.301	910.257
Obrigações trabalhistas e tributárias	15	82.832	100.309
Empréstimos e financiamentos	16	557.256	381.113
Debêntures	17	58.843	-
Outros passivos	18	15.873	14.976
Arrendamentos	19	77.067	82.557
Total do passivo circulante		<u>1.689.172</u>	<u>1.489.212</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	14	47.930	75.528
Obrigações trabalhistas e tributárias	15	144.862	75.142
Empréstimos e financiamentos	16	661.211	540.318
Debêntures	17	63.194	-
Provisões para riscos	20	13.060	11.050
Mútuo com terceiros	9	80.921	347.876
Partes relacionadas	8	9.127	12.512
Arrendamentos	19	388.069	433.923
Total do passivo não circulante		<u>1.408.374</u>	<u>1.496.349</u>
Patrimônio líquido	21		
Capital social	21.a	337.192	22.800
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	21.a	31.300	108.701
Prejuízos acumulados		<u>(309.062)</u>	<u>(357.461)</u>
		<u>59.430</u>	<u>(225.960)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.156.976</u>	<u>2.759.601</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida de vendas	22	6.282.744	5.432.450
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	23	(4.941.017)	(4.234.832)
Lucro bruto		----- 1.341.727	----- 1.197.618
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	24	(987.704)	(847.734)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	71.730	45.676
Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização		----- 425.753	----- 395.560
Depreciação/amortização	26		
Depreciação		(62.282)	(64.495)
Amortização direito de uso		(84.875)	(78.962)
Amortização		(24.174)	(25.344)
Lucro antes de juros e impostos		----- 254.422	----- 226.759
Resultado financeiro	27		
Despesas financeiras		(250.056)	(206.111)
Juros sobre arrendamento		(43.469)	(36.272)
Receitas financeiras		87.502	112.664
		----- (206.023)	----- (129.719)
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		----- 48.399	----- 97.040
Imposto de renda e contribuição social	29	-	(33.995)
Lucro líquido do exercício		----- <u>48.399</u>	----- <u>63.045</u>
Lucro por ação		----- <u>0,14</u>	----- <u>2,77</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	48.399	63.045
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>48.399</u>	<u>63.045</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro Aumento de capital	Reserva de lucro / prejuízos acumulados			Total
				Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Subtotal	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21	22.800	-	-	(420.506)	(420.506)	(397.706)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	108.701	-	-	-	108.701
Lucro líquido do exercício		-	-	-	63.045	63.045	63.045
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21	22.800	108.701	-	(357.461)	(357.461)	(225.960)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	48.399	48.399	48.399
Destinações:							
Reserva de incentivos fiscais	28	-	-	48.399	(48.399)	-	-
Integralização de capital	21.a	236.991	-	-	-	-	236.991
Integralização de capital com AFAC	21.a	77.401	(77.401)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21	337.192	31.300	48.399	(357.461)	(309.062)	59.430

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		48.399	97.040
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações	12	62.282	64.495
Amortizações	13	24.174	25.248
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	16 e 17	150.723	146.627
Amortização direito de uso	19	84.875	78.962
Juros sobre arrendamento	19	43.469	36.272
Provisão de impostos a pagar	29	-	(29.365)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	35	134
Provisão para riscos	20	2.010	616
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.630)
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber	5	(206.354)	(61.881)
Estoques	6	(227.408)	(350.277)
Impostos a recuperar	7	10.586	113.065
Depósitos judiciais	20	(709)	1.198
Outros ativos	10	(7.586)	9.044
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores	14	(40.554)	304.069
Obrigações trabalhistas e tributárias	15	52.243	(15.529)
Outros passivos	18	899	(1.325)
Juros pagos	16 e 17	(126.040)	(145.881)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(128.956)	267.882
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acréscimo do imobilizado	12	(88.547)	(152.405)
Acréscimo do intangível	13	(4.402)	(107.656)
Baixa do ativo imobilizado	12	8.357	44.380
Baixa do ativo intangível	13	40.788	-
Propriedade para investimento	11	(26.988)	(8.362)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(70.792)	(224.043)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamento e debêntures	16 e 17	1.156.810	487.035
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	16 e 17	(762.421)	(507.477)
Mútuo com terceiros	9	(276.855)	38.850
Pagamentos contratos arrendamentos	19	(115.608)	(115.235)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		1.926	(96.827)
Das atividades de financiamento com acionistas			
Partes relacionadas	8	(45.525)	(25.580)
Integralização de capital	21	236.991	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	-	108.701
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas		191.466	83.121
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(6.356)	30.133
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	70.455	40.322
No final do exercício	4	64.099	70.455
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(6.356)	30.133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A DMA Distribuidora S.A. (“Companhia”), sociedade anônima constituída em 14 de abril de 1997, com sede no município de Belo Horizonte – MG, atua no ramo de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância em produtos alimentícios. Com capital 100% nacional, está entre as maiores empresas do país.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta uma estrutura com 181 lojas, das quais 137 operam no formato de varejo, com a tradicional marca “Epa Supermercados”, 42 lojas na bandeira “Mineirão” e 2 unidades na terceira marca instituída pela Companhia, a “Brasil Atacarejo”, 6 centros de distribuição, e uma Administração Central, empregando de forma direta 17.307 funcionários nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rondônia e Acre.

Contextualizando o histórico recente, iniciou-se em 2013 uma reestruturação interna com objetivo de formar bases sólidas que sustentassem a expansão da Companhia no cenário nacional. Para viabilizar o projeto de reestruturação, modernizou-se toda a estrutura tecnológica com implementação de ERP, referência em gestão integrada, o sistema SAP, integrando todas as áreas da Companhia, agregando valor à toda cadeia produtiva.

Concomitante à implementação do SAP, a DMA iniciou uma parceria com uma empresa referência em gestão no setor de comércio varejista, Aquila Consultoria e Gestão, otimizando os processos internos, criando uma estrutura de controle de custos baseada no orçamento a nível de loja, minimizando os desperdícios relacionados à gestão de estoques e despesas e auxiliando no processo de tomada de decisão.

Nos últimos 5 anos a Companhia realizou diversos investimentos em sua expansão, com abertura de 77 novas unidades, se tornando presente em 8 estados brasileiros, que criou uma grande expectativa de retorno positivo de caixa para os próximos anos. A consolidação de uma estrutura fixa robusta permitiu à Companhia projetar um crescimento com menor impacto no “*overhead*” e com o investimento tendendo a ser bem menos oneroso para o caixa.

Em 2021 inicia-se uma nova atividade econômica na Companhia, o comércio varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores, regulamentada pela Lei nº 9.478/97, bem como a venda de produtos agregados, tais como, flanelas, palhetas, aromatizadores para veículos, dentre outros itens relacionados.

O processo foi iniciado em janeiro de 2021, com a inauguração do posto de combustíveis no município de Uberaba, no estado de Minas Gerais, com a nova bandeira própria da Companhia, a “Rede Mais Brasil”. Sucessivamente, foram inaugurados mais 4 postos em 2021, um no município vizinho, em Uberlândia, outro na cidade de Contagem, também situada no estado de Minas Gerais, ambos na bandeira “Vibra Energia”, licenciada pela marca “Petrobras-BR” a partir de agosto de 2021. Em meados de abril de 2021, foi inaugurado o posto de combustíveis no município de Serra, estado do Espírito Santo, com a supracitada bandeira “Rede Mais Brasil, e, a última inauguração, em 18 de agosto de 2021, na cidade de Porto Velho, situada no estado de Rondônia, com a bandeira “Vibra Energia”.

Em cumprimento com as determinações da Resolução da ANP nº 41/2013, a Companhia obteve para os postos de combustíveis a aprovação prévia da ANP, antes de iniciar suas operações. Os requisitos mínimos para a emissão da autorização compreendem a prévia inscrição da personalidade jurídica do posto de combustível na Receita Federal do Brasil e a obtenção da permissão municipal necessária, de licença ambiental e do respectivo Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Os postos inaugurados possuem permissão para vender combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, graxas e aditivos para consumidores finais na forma de varejo. Os combustíveis derivados do petróleo e querosene deverão ser sempre adquiridos de distribuidores autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e todos os outros produtos comercializados deverão ser registrados na ANP.

A ANP também fiscaliza preços e qualidade do combustível, capacidade de armazenamento e horário de funcionamento dos postos. Em conformidade com as normas aplicáveis, cada posto de combustíveis exibe claramente a marca registrada dos distribuidores exclusivos.

Neste segmento de combustíveis e lubrificantes automotores, a Companhia comercializa gasolina comum, gasolina aditivada, etanol hidratado e diesel S10, os quais estão sujeitos à seguinte incidência tributária:

Produto	Tributação
Gasolina e diesel	ICMS sob regime de substituição tributária (ST), PIS/Cofins com incidência monofásica, todos pelo produtor (refinaria) ou importador e CIDE – Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Lei nº 10.336, de 12/12/01 e suas alterações, combinada com o Decreto nº 5.060, de 30/04/04 e suas alterações. Obs.: Valor zerado para óleo diesel desde 30/05/2018 – Decreto 9391). Desta forma, no restante da cadeia produtiva (o distribuidor e o revendedor), independentemente do tipo de operação, não há tributação, não havendo créditos nas aquisições dos referidos produtos.
Etanol hidratado	O ICMS ocorre na distribuidora por substituição tributária (ST), ficando o posto revendedor desonerado do imposto. A contribuição para o PIS e a Cofins do etanol hidratado para fins carburantes possui incidência monofásica e são tributadas por força do Decreto nº 9101 e 9.112/2017, bem como a CIDE – Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Lei nº 10.336, de 12/12/01 e suas alterações, combinada com o Decreto nº 5.060, de 30/04/04 e suas alterações).
Lubrificantes	O ICMS ocorre sob o regime de substituição tributária (ST), com a incidência alternando por Estado. Quanto ao PIS e Cofins a incidência é não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, no qual a distribuidora tem direito aos créditos da etapa anterior.

Diante do atual cenário de constante aumento no preço dos combustíveis automotores, destaca-se que, em meados de outubro de 2021, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), formado pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, aprovou o congelamento do chamado "preço médio ponderado ao consumidor final" (PMPF), referente aos combustíveis automotores, em todos os estados e Distrito Federal, conforme estabelecido no Convênio ICMS Nº 192, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) pelo CONFAZ, alterando o Convênio ICMS nº 110/07, o qual dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao ICMS devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo. Sobre o referido preço médio incide o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual cobrado nas vendas de combustíveis.

O valor final do ICMS de combustíveis sofre variação a cada 15 dias, visto que, conforme esclarecido, é calculado com base no PMPF. Dessa forma, cada aumento de preço nas refinarias altera o preço médio e eleva o valor final pago em ICMS.

Esta medida ocorreu em meio à forte alta dos combustíveis, provocada pelo aumento do petróleo no mercado internacional e pela disparada do dólar - fatores considerados pela Petrobras para calcular o preço dos combustíveis nas refinarias.

A nova medida manteve fixado esse valor (PMPF) até o encerramento do exercício de 2021, mas não tem influência sobre os demais componentes que integram o preço dos combustíveis. De acordo com os representantes dos estados, o objetivo é reduzir o impacto dos aumentos impostos pela Petrobras e dar tempo para se pensar em uma saída para os reajustes consecutivos.

Retomando sobre os aspectos referentes à operação iniciada pela Companhia no exercício de 2021, ressalta-se que, além do investimento com infraestrutura e os custos inerentes à realização desta nova atividade, a DMA também investiu na contratação de novos profissionais, alocados diretamente nos postos de combustíveis, bem como na capacitação e na garantia da segurança destes profissionais, gerando novas oportunidades de emprego para a população local, além de fomentar a economia das regiões.

As práticas voltadas para segurança dos profissionais que atuam nos postos de combustíveis, são norteadas pelas Normas Regulamentadoras emitidas pelo Ministério do Trabalho, dentre elas, destacam-se:

NR 20: Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis: estabelece os requisitos mínimos para a garantia de segurança e de saúde dos trabalhadores no posto;

NR 15: Atividades e operações insalubres: define o que são agentes insalubres e aponta os casos de insalubridade para fins de concessão do respectivo adicional, quando pertinente;

NR 16: Atividades e operações perigosas: define o que são atividades perigosas e aponta os casos de periculosidade para fins de concessão do respectivo adicional, quando pertinente;

NR Equipamentos de proteção individual (EPI): define o que é EPI, sua aplicação e pertinência.

Ademais, as áreas administrativas da Companhia, sobretudo os setores Financeiro, Fiscal, Contábil, Controladoria, Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (TI) tiveram seus processos otimizados por meio de treinamentos, suportes técnicos de empresas especializadas no segmento de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes automotores, bem como a contratação de profissionais especialistas na referida área para viabilizar a inserção dos processos oriundos desta atividade, de forma a manter o equilíbrio do fluxo operacional administrativo.

Atualmente a DMA atua no comércio de combustíveis e lubrificantes automotores nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rondônia. Corroborando com sua atual política expansionista, a Companhia possui expectativa de abertura de novo posto de combustíveis no primeiro semestre de 2022, especificamente no município de Ilhéus, no estado da Bahia.

Ainda em prosseguimento à política expansionista da Companhia, a DMA iniciou um processo de captação de recursos no mercado de capitais, por meio da primeira emissão de debêntures, em 20 de janeiro de 2021, no valor total de R\$ 175.000, de forma a melhor gerenciar suas dívidas, com menor custo financeiro (Nota Explicativa nº 17).

Na esfera ambiental, a Companhia é reconhecida por desenvolver e sustentar diversos projetos relevantes para a preservação do meio ambiente, como a instalação de ilhas ecológicas em seus pontos de venda para recolhimento de materiais recicláveis, óleo, lâmpadas, pilhas, baterias, além de várias outras ações que são reconhecidas pela sociedade e pelos órgãos competentes.

No que tange à prática de políticas sociais e ambientais, vale ressaltar que a DMA apoia instituições beneficentes, promovendo também inclusão social, acesso à cultura, educação e saúde. Atualmente, a Companhia se mobiliza junto à sociedade, no estado de Minas Gerais, em prol do Hospital da Baleia para manutenção do seu Núcleo de Pediatria e, em Vitória e região metropolitana, em prol da AFEEC (Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer), para custeio dos atendimentos e tratamentos médicos e manutenção da Casa Rosa, através de campanhas de arrecadação junto a seus clientes, que podem doar através de cartão de crédito ou débito com repasse direto para a instituição.

Em 23 de agosto de 2021, a DMA Distribuidora S.A. (EPA, Mineirão e Brasil Atacarejo) firmou parceria com a Prefeitura de Contagem, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar, visando fortalecer a política de segurança alimentar do município, com a doação de produtos alimentícios, aumentando o abastecimento do Banco de Alimentos de Contagem, responsável pela logística e distribuição dos alimentos destinados às famílias assistidas pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, e, conseqüentemente, contribuindo significativamente na qualidade de vida da população mais necessitada.

Consubstanciada com seu plano de negócios e sua estrutura, a Companhia encontra-se em fase de reestruturação de suas marcas e atividades e apresenta, de forma recorrente, expressivo crescimento no volume de vendas, reafirmando a perpetuidade e força das marcas EPA, Mineirão e Brasil Atacarejo no mercado nacional.

A seguir o Ebitda ajustado da Companhia demonstrando a geração de caixa no exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do IR/CSLL	48.399	97.040
Resultado financeiro	206.023	129.719
Depreciação	62.282	64.495
Amortização	109.049	104.306
EBITDA	425.753	395.560

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada em 28 de março de 2022.

1.1. Impactos da COVID-19

A recessão causada pela pandemia da COVID-19 afetou todos os setores da economia de formas diferentes. O impacto ocasionado nas atividades econômicas destacou, portanto, o caráter essencial da atividade da DMA, o comércio varejista de gêneros alimentícios, visto que é fundamental à manutenção da vida e da saúde das pessoas, motivo pelo qual as unidades da DMA permaneceram em funcionamento durante todo o período de pandemia até o presente momento.

Embora o cenário seja de grave crise econômica no âmbito do comércio, observa-se que a Companhia vem apresentando crescimento significativo em suas vendas. Todavia, ressalta-se a constante necessidade de que a Companhia avalie sua capacidade de suportar as disrupturas e adoção de medidas estratégicas frente aos impactos do mercado varejista, a exemplo do aumento do preço dos fornecedores de itens de primeira necessidade, tais como frango, ovos, carne bovina, café, açúcar, milho, farinha de trigo, maracujá e tomate o que levou a Companhia a adotar diferentes ações com vistas a mitigar os impactos no custo das mercadorias vendidas.

No que tange aos aspectos prioritários para a DMA, tendo em vista a proteção do trabalhador, bem como o atendimento a todas as legislações sanitárias e cumprimento de decretos e normas governamentais, de forma a evitar a disseminação do coronavírus, com a publicação da Nota Técnica nº 18 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a qual discorre sobre a COVID-19 e as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de Alimentos, a Companhia tomou como enfoque três pontos: a avaliação do estado de saúde dos colaboradores, controle e fiscalização das rotinas de higienização e o distanciamento físico.

A aferição da temperatura corporal dos colaboradores é realizada e monitorada diariamente, sempre que adentram aos estabelecimentos da Companhia. Vale destacar que a padronização dos processos tem sido fundamental para que as novas práticas adotadas pela Companhia sejam efetivas. Com isso, o registro e o monitoramento das ações agilizam a implementação e a melhoria contínua.

São mantidas, controladas e fiscalizadas, desde o início da pandemia, práticas de prevenção da contaminação pelo vírus da COVID-19 mencionadas anteriormente, como a exigência do uso de máscaras faciais, independentemente da atividade desenvolvida, de forma a reduzir o risco potencial de exposição ao vírus, orientações acerca de ações de rotinas de assepsia, tais como evitar tocar os olhos, nariz e boca sem antes ter higienizado as mãos, evitar abraços, aperto de mãos ou qualquer outro comportamento de contato físico com outros indivíduos, não compartilhar objetos de uso pessoal, evitar qualquer tipo de aglomeração e manter os ambientes limpos e bem ventilados.

Na área administrativa, permanecem acordos entre os diversos setores de períodos de trabalho em *home-office*, tecnicamente conhecido como teletrabalho, com utilização de VPN – Rede privada virtual, o que implicou no desenvolvimento de diversas ferramentas para controle e proteção da base de dados da Companhia de ataques cibernéticos.

Com o avanço da vacinação contra a COVID-19, seguindo os cronogramas de cada município, é importante destacar que a retomada gradual das atividades presenciais para os profissionais mantidos no formato de teletrabalho é realizada pela DMA de forma segura e planejada, sempre obedecendo a todos os protocolos sanitários e normas vigentes.

Ressalta-se que todas as lojas da Companhia mantiveram as medidas sanitárias praticadas desde o início da pandemia da COVID-19, reforçando o comprometimento da Companhia com a segurança dos funcionários e clientes. Continuam sendo disponibilizados em todos os estabelecimentos da DMA itens de higienização pessoal para clientes e colaboradores, tais como álcool em gel e sabonete líquido e a rotina de limpeza e desinfecção dos supermercados permanece reforçada, sobretudo nas áreas em que há o armazenamento e a exposição de alimentos.

2. Políticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Receita de contratos de clientes

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes observa as normas contábeis aplicáveis (CPC/IFRS), de forma a evidenciar se os critérios de contabilização previstos em legislação foram ou não satisfeitos. Este processo de reconhecimento compreende as seguintes etapas:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Ativo de contrato

Direito da Companhia à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo.

Cliente

Parte que contratou com a entidade a obtenção de bens ou serviços, que constituem um produto das atividades normais da entidade, em troca de contraprestação.

Contrato

Acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis.

Considerando esses aspectos, frisa-se que as receitas somente são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços (em momento temporal específico ou ao longo do tempo), em conformidade com cada contrato e obrigação de desempenho com o cliente. Os registros são realizados pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma, utilizando o método de efeito cumulativo, e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita líquida é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como eliminações de receitas entre partes relacionadas e ajuste ao valor presente, conforme Nota Explicativa nº 22.

Venda de mercadorias

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de venda para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro, e cartão, nas modalidades débito e crédito.

b) Custos das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras contempladas nos saldos de equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) Contas a receber e provisão para perda de crédito esperada

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas quando aplicável, da provisão para perda de crédito esperada, a qual é constituída considerando-se a avaliação dos créditos.

e) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, em conformidade com as normas estabelecidas nos CPCs 28 e 46.

f) Arrendamentos

Os contratos de arrendamentos transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção. Para os casos de ativos qualificáveis, registra-se o valor líquido de depreciação acumulada. Com relação aos bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, registra-se o valor de provisão para redução ao valor recuperável.

A depreciação é computada pelo método linear, com base no custo de aquisição de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 12. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os fundos de comércio são mensurados ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

j) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item **(ii)** abaixo);
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro” (Nota Explicativa nº 27).

ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “*hedge*” designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base;
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam **(i)** contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantidos para negociação, ou **(iii)** designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos. Tais instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

k) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas somente no momento em que exista segurança razoável de que a Companhia atenderá às determinações relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente na rubrica "Receita operacional líquida" durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a destinação do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, "Subvenção para Investimento", cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

m) Lucro (prejuízo) do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia. Não existem resultados diluídos a serem reportados, uma vez que não houve circulação e/ou negociação de ações.

3. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados em 2021

Uma série de novas normas contábeis foram alteradas e ou criadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber:

- Reforma da Taxa de Juros de Referência: Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – a partir de 1º de janeiro de 2021.
- Contratos Onerosos: Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) - a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3) - a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante: (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – a partir de 1º de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e aplicações financeiras.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	51.297	40.063
Aplicações financeiras	12.802	30.392
Total	64.099	70.455

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) à taxa média de 4,40% a.a.

5. Contas a receber

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes	517.345	315.356
Cheques a receber	14.275	14.221
Subtotal	531.620	329.577
Antecipação cartão de crédito (*)	(17.899)	(22.210)
Provisão de cheques incobráveis	(14.226)	(14.191)
Total	499.495	293.176

(*) Refere-se à antecipação de recebíveis provenientes de vendas a prazo com cartão de crédito.

A movimentação da estimativa de cheques incobráveis é apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em dezembro	(14.191)	(14.057)
Reversão	18	18
Constituição	(53)	(152)
Total	(14.226)	(14.191)

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	512.343	303.943
Vencidos até 30 dias	2.209	5.756
Vencidos até 60 dias	1.605	2.240
Vencidos até 90 dias	577	1.002
Vencidos até 180 dias	660	2.445
Vencidos a mais de 180 dias	14.226	14.191
Total	531.620	329.577

6. Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Mercadorias para revenda	1.070.478	840.172
Material de expediente	6.923	9.821
Total	1.077.401	849.993

7. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a recuperar (a)	47.040	41.674
IR/ISS/PIS/Cofins a compensar (b)	8.614	16.400
Tributos a compensar (c)	5.396	13.399
Tributos federais a compensar	-	163
Total	61.050	71.636

- (a) Referente à restituição de créditos de ICMS e Substituição Tributária de produtos adquiridos no Estado de Minas Gerais originados de fato gerador presumido que não ocorreu conforme Artigo nº 23 do Anexo XV do RICMS/MG. Em conformidade com a memória apresentada na Projeção de Recuperação de Impostos, a Companhia tem a expectativa de recuperar o saldo total a compensar no decorrer do exercício de 2022;
- (b) Refere-se ao saldo credor de PIS e Cofins não cumulativo apurado no exercício, bem como os saldos credores de Imposto de Renda Retido na Fonte a compensar e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido pago a maior no exercício de 2021. Conforme memória apresentada na Projeção de Recuperação de Impostos, a Companhia possui a expectativa de recuperar o saldo total a compensar no decurso do exercício de 2022.
- (c) Saldo referente a montantes de IRPJ e CSLL pagos a maior nos exercícios de 2020 e 2021.

8. Partes relacionadas

Em conformidade com as determinações do CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24 (IASB – BV2010)), considera-se parte relacionada a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis.

A classificação de montantes a pagar e a receber de partes relacionadas em diferentes categorias é uma extensão dos requerimentos de divulgação do Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1 (IASB – BV 2011)), para informações a serem prestadas no balanço patrimonial ou nas notas explicativas que o acompanham.

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
VM e Arantes Participações Ltda.	244.556	211.556
Outros	69.534	60.394
Total	314.090	271.950
Passivo		
VM e Arantes Participações Ltda.	5.646	8.361
Outros	3.481	4.151
Total	9.127	12.512

8.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações de vendas e compras, registradas envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou por meio de distribuição de dividendos. No período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

8.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia foi de R\$ 2.647 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.156 em 2020).

9. Mútuo com terceiros

As operações envolvendo instrumentos contratuais de mútuos entre partes as quais não são consideradas partes relacionadas (ativos e passivos), conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24 (IASB – BV2010)), são demonstradas separadamente. As referidas operações realizadas entre pessoa jurídica e física ocorrem quando para atender necessidades específicas de recursos, estabelecidas nos instrumentos contratuais para o giro normal das operações da Companhia.

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Mútuos c/ terceiros PF	850	850
Mútuos c/ terceiros PJ (*)	16.538	6.638
Total	17.388	7.488
Passivo		
Mútuo Supermercados BH	78.443	337.485
Mútuos c/ terceiros PF	978	7.891
Mútuos c/ terceiros PJ	1.500	2.500
Total	80.921	347.876

(*) Em julho de 2021 a Companhia realizou operações junto à mutuária Aka Participações S.A., no montante total de R\$ 7.900, com a intenção de adquirir pontos comerciais de sua empresa controlada, a Serrano Distribuidora S.A. Esta operação está em fase de negociação entre as empresas. Caso a aquisição, de fato, se concretize, os ativos poderão ser adicionados de outros itens reconhecidos em combinação, e/ou terem seus valores ajustados. Os possíveis ajustes de mensuração serão feitos de forma retrospectiva e deverão ser mensurados no máximo em um ano, a contar da data de mensuração, de acordo com o CPC 15 (R1).

10. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores	4.565	2.431
Adiantamento a funcionários	5.599	1.605
Títulos de capitalização	5.205	5.000
Despesas antecipadas	2.510	1.986
Outros	730	1
Total	18.609	11.023
Circulante	13.609	6.022
Não circulante	5.000	5.001

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento, no montante de R\$ 35.350 (R\$ 8.362 em 2020), foram registradas pelo valor justo. Os imóveis foram adquiridos em 18 de dezembro de 2020.

No primeiro semestre de 2021 foram adquiridos outros cinco imóveis, no valor total de R\$ 26.988. Todos os imóveis registrados na rubrica "Propriedades para investimento", tem por finalidade a renda e/ou a apreciação de capital no longo prazo.

Os imóveis foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, que é baseado em valores de mercado e reflete o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

Composição do imóvel

- Valor dos imóveis em 31/12/2020: R\$ 8.362;
- Valor dos imóveis adquiridos no primeiro semestre 2021: R\$ 26.988;
- Não houve pagamentos de obras e benfeitorias;
- Valor total dos imóveis em 31/12/2021: R\$ 35.350.

A área total dos imóveis em construção é composta por:

- Subcondomínio comercial: composto por área comercial (lojas) e estacionamento comercial, totalizando 5.200,00 m² situado no bairro Palmares, no município de Belo Horizonte/MG;
- Subcondomínio residencial: composto por área residencial (2 unidades – apartamentos com 03 dormitórios) e estacionamento residencial, com área de 56 m² cada, situado no bairro Palmares, no município de Belo Horizonte/MG;
- Terreno com área de 122.873,71m², desmembrada de uma área maior do lugar denominado Fazenda da Mata e Boa Vista, no município de Lagoa Santa/MG;
- Terreno com área de 68.901,95m², desmembrada de uma área maior do lugar denominado Fazenda da Mata e Boa Vista, no município de Lagoa Santa/MG;
- Terreno com área de 139.686,71m², desmembrada de uma área maior do lugar denominado Fazenda da Mata e Boa Vista, no município de Lagoa Santa/MG;
- Terreno com área de 61.851,63 m², desmembrada de uma área maior do lugar denominado Fazenda da Mata e Boa Vista, no município de Lagoa Santa/MG;
- Terreno situado no lugar denominado Fazenda Ribeirão da Mata e Boa Vista, no município de Lagoa Santa/MG, com área de 30.488,29 m².

Os saldos de propriedades adquiridas para investimento estão apresentados a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	8.362
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.362
Adição	26.988
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.350

12. Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Terrenos (*)	77.578	11.748	-	89.326
Máquinas e equipamentos (**)	287.281	31.947	(45)	319.183
Móveis e utensílios (**)	76.259	13.296	-	89.555
Veículos	16.938	-	(18)	16.920
Equipamentos de informática	40.137	2.594	-	42.731
Imobilizações em andamento	654	275	-	929
Benfeitorias em imóveis próprios (***)	63.859	3.599	(9.972)	57.486
Benfeitorias em imóveis de terceiros	222.138	25.088	(2.288)	244.938
Total	784.844	88.547	(12.323)	861.068

	% Taxa depr. a.a.	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	10	(147.401)	(23.271)	113	(170.559)
Móveis e utensílios	10	(29.254)	(6.652)	25	(35.881)
Veículos	20	(9.152)	(1.766)	16	(10.902)
Equipamentos de informática	20	(32.289)	(2.769)	10	(35.048)
Benfeitorias em imóveis próprios	25	(15.264)	(1.970)	3.186	(14.048)
Benfeitorias imóveis terceiros	20	(132.219)	(25.854)	616	(157.457)
Total		(365.579)	(62.282)	3.966	(423.895)
Saldos		419.265	26.265	(8.357)	437.173

(*) Em 08 de março de 2021, foi adquirido um terreno com área total de 25.305,46 m², situado no bairro São João, perímetro urbano da cidade de Pouso Alegre – MG, no valor de R\$ 5.000. No mês de agosto de 2021 a Companhia adquiriu terrenos no município de Sete Lagoas - MG, no montante total de R\$ 6.500;

(**) Aquisição de maquinários, bem como móveis e utensílios utilizados nas lojas inauguradas.

(***) Em prosseguimento à política de desmobilização, no exercício de 2021 foi vendida a loja situada no município de Nanuque, no estado de Minas Gerais – Imóvel de matrícula 11.540, com área total de 30.000 m² (baixa referente às benfeitorias realizadas no imóvel).

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	80.530	23.387	(26.339)	-	77.578
Máquinas e equipamentos	255.767	31.523	(9)	-	287.281
Móveis e utensílios	64.669	11.609	(19)	-	76.259
Veículos	8.832	8.220	(114)	-	16.938
Equipamentos de informática	36.875	3.262	-	-	40.137
Imobilizações em andamento	544	10.370	-	-	10.914
Benfeitorias em imóveis próprios	-	10.236	-	53.623	63.859
Benfeitorias em imóveis de terceiros	234.326	53.798	(22.623)	(53.623)	211.878
Total	681.543	152.405	(49.104)	-	784.844

	% Taxa depr. a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Máquinas e equipamentos	10	(126.673)	(20.736)	8	-	(147.401)
Móveis e utensílios	10	(23.523)	(5.739)	8	-	(29.254)
Veículos	20	(8.102)	(1.164)	114	-	(9.152)
Equipamentos de informática	20	(29.742)	(2.547)	-	-	(32.289)
Benfeitorias em imóveis próprios	25	-	(37)	-	15.227	15.190
Benfeitorias imóveis terceiros	20	(117.767)	(34.272)	4.593	(15.227)	(162.673)
Total		(305.807)	(64.495)	4.723	-	(365.579)
Saldos		375.736	87.910	(44.381)	-	419.265

13. Intangível

a) Movimentação intangível

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Desenvolvimento de sistemas	956	-	-	956
Reorganização lojas ES	29.818	-	-	29.818
Fundo de comércio	161.792	2.591	-	164.383
Fundo de comércio Makro (*)	208.603	-	(43.908)	164.695
Softwares	41.298	1.811	-	43.109
Marca patentes	27	-	-	27
Outros	634	-	(276)	358
Total	443.128	4.402	(44.184)	403.346

	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Desenvolvimento de sistemas	10	(956)	-	-	(956)
Reorganização lojas ES	10	(29.818)	-	-	(29.818)
Fundo de comércio	20	(132.487)	(12.937)	-	(145.424)
Fundo de comércio MAKRO	20	(9.943)	(9.704)	3.396	(16.251)
Softwares	20	(37.671)	(1.526)	-	(39.197)
Marca patentes	10	(20)	-	-	(20)
Outros	10	(351)	(7)	-	(358)
Total da amortização		(211.246)	(24.174)	3.396	(232.024)

Intangível líquido em 2020	231.882	(19.772)	(40.788)	171.322
-----------------------------------	----------------	-----------------	-----------------	----------------

(*) Em agosto de 2021 foi vendido o ponto comercial de Foz do Iguaçu, situado à Avenida Paraná, 4.195 – Vila A., Foz do Iguaçu – PR, ponto comercial e posto de combustível localizados na Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, 260 – Novo Angelim, São Luís – MA.

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Desenvolvimento de sistemas	956	-	-	956
Reorganização lojas ES	29.818	-	-	29.818
Fundo de comércio	148.549	13.243	-	161.792
Fundo de comércio Makro	115.000	93.603	-	208.603
Softwares	40.488	810	-	41.298
Marca patentes	27	-	-	27
Outros - Intangível	634	-	-	634
Total	335.472	107.656	-	443.128

	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Desenvolvimento de sistemas	10	(956)	-	-	(956)
Reorganização lojas ES	10	(29.818)	-	-	(29.818)
Fundo de comércio	20	(115.394)	(17.093)	-	(132.487)
Fundo de comércio MAKRO	20	(2.933)	(7.010)	-	(9.943)
Softwares	20	(36.526)	(1.145)	-	(37.671)
Marca patentes	10	(20)	-	-	(20)
Outros	10	(351)	-	-	(351)
Total da amortização		(185.998)	(25.248)	-	(211.246)
Intangível líquido em 2020		149.474	82.408	-	231.882

Os saldos das rubricas "fundo de comércio" se referem a pagamentos financeiros realizados pela Companhia e foram adquiridos de empresas tendo como fundamento econômico a rentabilidade futura. O valor recuperável foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) de cada transação referente aos fundos de comércio adquiridos. O valor recuperável estimado foi maior que o valor contábil dos fundos de comércio e, portanto, nenhuma redução ao valor recuperável foi necessária.

14. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores revenda	772.551	783.720
Fornecedor Imobilizado (a)	101.453	150.078
Outros fornecedores	-	811
Fornecedores de materiais	9.937	12.823
Fornecedores de produtor rural	8.694	6.881
Fornecedores - Transporte	6.478	2.551
Fornecedores de serviços	46.118	28.921
Total	945.231	985.785
Circulante	897.301	910.257
Não circulante	47.930	75.528

- (a) Referem-se aos valores a pagar de aquisição de imobilizado a prazo, composto por R\$75.528 referente à aquisição dos pontos comerciais da rede Makro Atacadista e R\$ 25.925 de fornecedores de máquinas, equipamentos e estrutura de lojas.

15. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias	37.547	33.809
Parcelamentos INSS (a)	81.021	32.680
IR/CSLL a recolher	-	29.340
Parcelamento ICMS (b)	4.525	23.918
Salários a pagar	12.280	11.545
Parcelamento especial (c)	15.628	9.708
Outras obrigações trabalhistas e tributárias (d)	47.057	9.360
INSS a recolher (e)	13.875	8.594
Parcelamento IRPJ/CSLL (f)	6.591	8.467
ICMS	5.208	4.464
FGTS a recolher	2.992	2.772
IRRF a recolher	444	453
IRRF	526	262
Refis	-	79
Total	227.694	175.451
Circulante	82.832	100.309
Não circulante	144.862	75.142

A Companhia mantém parcelamentos de débitos tributários junto à Receita Federal do Brasil, Secretarias de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como no âmbito municipal, junto à prefeitura de Belo Horizonte. A Companhia está adimplente com os seus parcelamentos, suas certidões de débitos tributários Federais e Estaduais estão positivas com efeitos de negativa.

- (a) Reparcimento de INSS – Programa Especial de Regularização Tributária (PERT/PGFN) processo nº 624597008. Refere-se à parcela do empregador Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002. Acordado em 60 parcelas, apresentando quitação regular. O saldo total nesta rubrica também contempla débitos de Contribuição Previdenciária consolidados no parcelamento junto à RFB, na modalidade “simplificado”, registrado sob nº 02110001200045564822216 negociado em 60 parcelas;
- (b) Parcelamento de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo. Saldos de débitos diversos negociado em 60 e 120 parcelas mensais, com correção anual conforme Valor de Referência Tributária do Espírito Santo (VRTE) e com previsão de término para março de 2022 e fevereiro de 2024 respectivamente.
- (c) Parcelamento Especial nº 12.085383800.72 junto ao SicaF/MG. Referente à mudança de tributação de ICMS e substituição tributária de produtos. Com base na Resolução nº 4855/2015 Artigo 1º, o contribuinte deverá apurar o estoque de produtos, aplicar a nova alíquota e recolher a diferença tributária gerada por mudança de alíquota, tendo como embasamento legal a Resolução nº 4855/2015 Artigo 10º, a Companhia optou por parcelar o ST apurado do estoque; Adesão ao Parcelamento Especial nº 12.0920089.61 em 29/06/2020. O saldo total nesta rubrica também contempla débitos de PIS e Cofins consolidados no parcelamento junto à RFB, na modalidade “simplificado”, registrado sob nº 02110001200045564822216 negociado em 60 parcelas.;
- (d) Contemplam o montante total de outras obrigações, os parcelamentos de débitos de IPTU junto à Prefeitura de Belo Horizonte, tributos estaduais (ICMS, DIFAL e Fundo de Combate à Pobreza), impostos federais (PIS, INSS, IOF, IPI), provisões de 13º salário, rescisões, pensão alimentícia, contribuição sindical, contribuição confederativa, PERT e parcelamentos diversos no âmbito federal.

- (e) Saldo remanescente de R\$ 13.875 contempla montantes não recolhidos de INSS referentes aos exercícios de 2020 e 2021 e parcelamento de saldos de débitos previdenciários relativos a exercícios anteriores.
- (f) Parcelamento junto à RFB de débitos relativos a IRPJ e CSLL consolidados nos processos de nº 10.680-406767/2019-17 e 10680-750641/2019-79, negociados em 60 parcelas, apresentando quitação regular. Adesão ao parcelamento de débitos de CSLL em 31/10/2020 consolidados no processo 15504-406.744/2020-92.

16. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro (a)	1.146.364	861.010
Leasing (b)	56.949	42.365
Finame (c)	15.154	18.056
	1.218.467	921.431
Circulante	557.256	381.113
Não circulante	661.211	540.318

- (a) Os valores de capital de giro são realizados para evitar atrasos nos pagamentos e realização de fluxo de caixa frente às vendas efetuadas a prazo, possuem taxas médias de juros anuais de 7,5%, acrescido da variação do CDI à média de 0,31% a.m., e como garantia o aval dos acionistas. O saldo total de R\$ 1.146.364 (R\$ 861.010 em 2020) refere-se a empréstimos bancários utilizados para investimentos em aberturas de novas unidades e reforma das lojas atuais, possuem juros médios variando de 0,20% a.m. a 0,77% a.m. correção pela CDI, e são garantidos pela carteira de clientes “cartão de crédito”, além do aval dos acionistas;
- (b) Os empréstimos sob responsabilidade da Companhia na modalidade de *Leasing* (Financiamento por meio de locação financeira para aquisição de Ativo Imobilizado), utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos, têm prazos de 12 a 60 meses, sendo o vencimento final em 2026, com taxas indexadas de 0,22% a 0,59% ao mês + correção pela CDI, perfazendo taxa média de juros anuais de 10,5%, também com aval dos sócios. O total dos futuros pagamentos mínimos dos passivos de arrendamentos alcançados pelo CPC 06 estão demonstrados na Nota Explicativa nº 19.
- (c) O Finame é utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos. A taxa de juros é formada da seguinte forma: variação da TJLP + 6% ao ano + 0,5% TAAC do valor contratado, perfazendo uma taxa de juros anuais em média de 11,48% ao ano. O prazo do Finame é de 48 meses, com aval dos sócios;

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	237.661
2023	351.587	145.677
2024	182.008	101.585
2025	105.556	55.395
2026	22.060	-
Total	661.211	540.318

Cláusulas restritivas

Em consonância com o contrato de financiamento nº 1018065 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., a DMA Distribuidora S.A. obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“covenants”):

- a) Nos termos do Instrumento Contratual, tomando por base o fechamento dos balanços não auditados em maio de cada ano, manter a relação DFL/EBITDA nos limites estabelecidos na cláusula 7.3;
- b) Outras condições contratuais especificadas na cláusula VII “Vencimento Antecipado”, tais como apresentar anualmente ao banco cópia dos balanços e demonstrativos financeiros.

A Companhia cumpriu com as condições e parâmetros estabelecidos pela cláusula restritiva (covenants) de nº 7.3 do contrato de financiamento nº 1018065 junto à Instituição financeira Banco Santander (Brasil) S.A.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

31/12/2020	Captações	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	31/12/2021
861.010	937.641	129.638	(675.190)	(106.735)	1.146.364
42.365	44.169	6.131	(30.668)	(5.048)	56.949
18.056	-	1.062	(3.090)	(874)	15.154
921.431	981.810	136.831	(708.948)	(112.657)	1.218.467

31/12/2019	Captações	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	31/12/2020
860.461	470.191	139.081	(470.142)	(138.581)	861.010
66.182	7.493	6.564	(31.524)	(6.350)	42.365
14.484	9.351	982	(5.811)	(950)	18.056
941.127	487.035	146.627	(507.477)	(145.881)	921.431

17. Debêntures

	31/12/2021	31/12/2020
Série única (a)	122.037	-
Total	122.037	-
Circulante	58.843	-
Não circulante	63.194	-

- (a) Em 22 de janeiro de 2021, a DMA Distribuidora S.A. emitiu a série única de debêntures simples, nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, no montante de R\$175.000 (cento e setenta e cinco milhões de reais), de valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com vencimento em 22 de janeiro de 2024 e remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de *spread* de 6,50% a.a. As debêntures estão dispensadas do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei 6.385/1976 e alterações, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476.

Seguem as características gerais das debêntures emitidas pela DMA Distribuidora S.A.

Séries	Qtd. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Série única	175.000	100% DI + 6,5% a.a.	Mensal até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
2023	58.333	-
2024	4.861	-
Total	63.194	-

Garantias da primeira emissão

- i) Contrato de Cessão Fiduciária entre a DMA Distribuidora S.A. e a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conformidade com as disposições do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.748, de 14 de julho de 1965 e alteração (Lei 4.728), nos termos do “Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária e Outras Avenças” celebrado em 01 de fevereiro de 2021, conforme registro no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo – SP.
- ii) Alienação fiduciária dos imóveis objeto da Escritura Pública de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de bens Imóveis e Outras Avenças, devidamente registrada, em 09 de fevereiro de 2021, no Cartório do 4º Ofício de Notas de Belo Horizonte – MG.

A Companhia cumpriu com as condições e parâmetros estabelecidos pela cláusula restritiva (*covenants*) de nº VI Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da DMA Distribuidora S.A.

Cláusulas Restritivas

Em consonância com o contrato de financiamento, a DMA Distribuidora S.A. obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“*covenants*”):

- a) Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cumprir com os Fluxos Mínimos e/ou da Agenda Mensal de Recebíveis Visa e Elo e/ou Parcela Mensal de Debêntures;
- b) Outras condições contratuais especificadas na quarta cláusula “Depósito e administração das contas vinculadas, fluxos mínimos, agenda e parcela mensal de debêntures previstas no instrumento contratual”.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	<u>Captações</u>	<u>Juros provisionados</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Amortização juros</u>	31/12/2021
Série única (a)	-	175.000	13.892	(53.472)	(13.383)	122.037
Total	-	175.000	13.892	(53.472)	(13.383)	122.037

18. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis a pagar	12.474	9.887
Antecipação recebíveis	1.590	3.110
Despesas consumo a pagar	350	180
Repasse doações	112	114
Obrigações com terceiros	1.347	1.685
Total	15.873	14.976

19. Direito de uso/arrendamentos

A Companhia reconhece, mensura, apresenta e divulga os registros dos seus arrendamentos operacionais fundamentada nas determinações do IFRS 16/CPC 06 (R2) – *Arrendamentos*.

Os ativos são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica isenção de reconhecimento de seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamento com prazo igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Os saldos atinentes aos arrendamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

a) Direito de uso

	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Custo				
Direito de uso de arrendamento	-	662.939	20.794	683.733
Amortização	11,91%	(147.414)	(84.875)	(232.289)
Total		515.525	(64.081)	451.444

	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Custo				
Direito de uso de arrendamento	-	484.510	178.429	662.939
Amortização	11,91%	(68.452)	(78.962)	(147.414)
Total		416.058	99.467	515.525

A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo de 01 a 25 anos.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto de 7,50%, com base em consulta a instituições financeiras, média ponderada das captações do exercício.

Passivo de arrendamento

	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo					
Passivo de arrendamento	-	751.017	20.795	(115.608)	656.204
(-) Juros a apropriar	7,50%	(234.537)	-	43.469	(191.068)
Total		516.480	20.795	(72.139)	465.136

	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo					
Passivo de arrendamento	-	563.699	302.553	(115.235)	751.017
(-) Juros a apropriar	16,55%	(146.685)	(124.124)	36.272	(234.537)
Total		417.014	178.429	(78.963)	516.480

	2021	2020
Circulante	77.067	82.557
Não circulante	388.069	433.923
Total	465.136	516.480

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	106.686
2023	91.320	95.845
2024	80.487	76.202
2025 em diante	410.420	347.615
Juros embutidos	(194.158)	(192.425)
Total	388.069	433.923

20. Depósitos judiciais/provisão para riscos

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais, estão assim demonstrados:

Provisão para riscos	Saldo em			Saldo em			Saldo em
	31/12/2019	Adições	Reversões	31/12/2020	Adições	Reversões	
Provisões para riscos	10.434	616	-	11.050	2.010	-	13.060
Total	10.434	616	-	11.050	2.010	-	13.060
Depósitos judiciais							
Cíveis	(3.278)		1.573	(1.705)	(967)	1.708	(964)
Tributários	(3.932)	(987)	-	(4.919)	(1.609)	-	(6.528)
Trabalhistas	(2.834)	(705)	1.317	(2.222)	(710)	869	(2.063)
Total	(10.044)	(1.692)	2.890	(8.846)	(3.286)	2.577	(9.555)
Saldo no final do exercício	390	(1.076)	2.890	2.204	(1.276)	2.577	3.505

A Companhia figura como parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de seus negócios, que são classificados pela assessoria jurídica da Companhia quanto à probabilidade de perda, que é estimada entre possível e remota. Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos processos com probabilidade de perda possível, o qual não constitui, portanto, objeto de provisionamento, perfaz o montante de R\$ 33.216 (R\$ 19.767 em 2020).

Os processos em que a DMA figura como uma das partes possuem as seguintes naturezas:

i) Cíveis

Visto que a Companhia atua no ramo supermercadista, a DMA figura parte em processos originados por meio de conflitos ocorridos no interior das lojas, causando aos clientes danos, sejam eles materiais ou morais.

ii) Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista, em sua maioria, têm origem em procedimentos administrativos iniciados por ex-funcionários, órgãos públicos, terceirizados, dentre outros. Parte significativas dos processos são decorrentes de reclamações acerca de jornada de trabalho, acidentes de trabalho e demandas relacionadas a comprovações de cumprimento da legislação trabalhista.

iii) Tributários

No fluxo normal de suas atividades, a DMA é parte constante de auditorias fiscais, nas quais é notificada por meio de autos de infração originados por divergências de informações emitidas aos órgãos públicos no âmbito federal, estadual e municipal.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia realizou aporte de capital no primeiro semestre de 2021, no montante total de R\$ 314.392, mediante a emissão de 314.392 novas ações ordinárias, conforme ata registrada em 04 de maio de 2021 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG). Como consequência, o Capital social passou a totalizar o valor de R\$ 337.192.

O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 337.192 e está representado por 337.192 ações ordinárias nominativas com direito a voto e com valor nominal de R\$ 1,00 cada (R\$ 22.800 em 31 de dezembro de 2020, representado por 22.800 ações ordinárias nominativas com direito a voto e com valor nominal de R\$ 1,00 cada).

Adiantamento para futuro aumento de capital

Na data base de 31 de dezembro de 2021 foi realizada a integralização do montante de R\$ 77.401 a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), restando o saldo remanescente de R\$ 31.300 o qual será integralizado no decurso do exercício de 2022.

b) Reserva legal

O estatuto social determina que a parcela de 5% do lucro líquido seja deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

c) Destinação dos resultados

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001), podendo haver distribuições intermediárias, desde que os dividendos pagos em cada semestre não excedam o montante de reservas de capital, o qual contém as destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi constituído reserva legal e nem foram distribuídos dividendos aos acionistas por conta dos prejuízos acumulados.

22. Receita líquida de vendas

	31/12/2021	31/12/2020
Mercadoria de revenda	6.748.673	5.836.698
(-) Deduções da receita		
ICMS s/ vendas	(206.221)	(172.096)
Cofins s/ vendas	(176.203)	(160.123)
PIS s/ vendas	(38.323)	(34.831)
Devoluções	(24.938)	(15.949)
Descontos	(20.244)	(21.249)
Receita líquida total	6.282.744	5.432.450

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social.

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 18%), impostos municipais, contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 1,65%) e à Cofins (alíquota de 7,6%), não cumulativos.

23. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas refere-se ao custo das aquisições líquido dos descontos, de acordos comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística. O acordo comercial recebido de fornecedores é apurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. O custo das vendas contempla o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas controladas, incluindo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para revenda.

Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

	31/12/2021	31/12/2020
Custo da revenda	(5.094.050)	(4.411.867)
Bonificações e verbas	160.019	188.607
Perdas	(6.986)	(11.572)
Total	(4.941.017)	(4.234.832)

24. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(536.873)	(481.049)
Utilidades	(95.066)	(78.991)
Prestação serviços pessoa jurídica	(62.672)	(50.258)
Fretes e carretos	(49.385)	(48.901)
Despesas de embalagens	(36.186)	(27.197)
Despesas de marketing	(38.181)	(23.484)
Impostos taxas e tributos	(36.776)	(36.759)
Indenizações	(11.229)	(10.624)
Materiais	(21.459)	(18.380)
Gastos diversos	(12.784)	(12.658)
Despesas indedutíveis	(4.757)	(2.767)
Gastos com veículos	(12.086)	(9.281)
Materiais de manutenção em geral	(13.436)	(10.881)
Gastos com informática	(5.499)	(5.952)
Perdas incobráveis	(4.983)	(4.744)
Viagens	(4.628)	(5.266)
Locações (a)	(36.816)	(13.351)
PDVs	(3.310)	(2.943)
Doações e brindes	(246)	(144)
Prestação serviços pessoa física	(1.007)	(680)
Outros	(325)	(3.424)
Total	(987.704)	(847.734)

(a) Compromissos arrendamentos – Companhia como arrendatária: a Companhia arrenda máquinas, equipamentos e veículos, através de contratos de arrendamento operacional canceláveis. São contratos, geralmente, em valor inexpressível, com vigência inferior ou igual a 12 meses, não se enquadrando, portanto, nas regras estabelecidas pelo CPC 06/IFRS 16. Os demais contratos de locação são referenciados na Nota Explicativa nº 19, em conformidade com as normas vigentes.

25. Outras receitas operacionais, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais		
Demais receitas operacionais (a)	127.673	96.557
Impostos sobre outras receitas operacionais (b)	(8.593)	(9.579)
Total	119.080	86.978
Outras despesas operacionais		
Perdas operacionais (c)	(47.350)	(41.302)
Total	(47.350)	(41.302)
Total	71.730	45.676

(a) Baixa do custo de aquisição dos seguintes pontos comerciais

- Loja com área construída de 7.800 m², localizada no Anel Rodoviário, BR 262, nº 20.900, bairro Palmares, na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais vendida em fevereiro de 2021.
- Loja situada à Rodovia BR 418, nº 2100, km 23, bairro Novo Horizonte, na cidade de Nanuque, no estado de Minas Gerais, construída numa área de 30.000m² vendida em março de 2021.
- Loja e Posto de Combustíveis situados à Rua Jerônimo de Albuquerque Maranhão, município de São Luís, no estado do Maranhão vendida em agosto de 2021.
- Loja com área de 4.557 m², localizada à Avenida Paraná, 4.195 - Vila A, na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná.

(b) O saldo de R\$ 8.593 compreende, preponderantemente, ao valor total do recolhimento de PIS/Cofins incidentes sobre receitas diversas.

(c) Despesas referentes à baixa do custo histórico dos pontos comerciais vendidos (vide detalhamentos apresentados no item "a").

26. Depreciação e amortização

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	(62.282)	(64.495)
Amortização	(24.174)	(25.344)
Amortização direito de uso	(84.875)	(78.962)
Total	(171.331)	(168.801)

27. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos financiamentos	(136.831)	(146.628)
Juros sobre arrendamento (a)	(43.469)	(36.272)
Taxa administração cartões	(55.697)	(47.223)
Juros de empréstimos debênture	(13.892)	-
Custo na emissão de debênture	(4.429)	-
IOF	(12.769)	(2.582)
Despesas bancárias	(8.858)	(5.999)
Multas	(19)	(108)
Descontos concedidos	(302)	(599)
Juros sobre mútuos	(17.259)	(2.972)
Total	(293.525)	(242.383)
Receitas financeiras		
Correção Monetária Créd. Tributário (b)	429	3.723
Descontos obtidos	84.271	70.649
Juros recebidos	2.590	38.257
Juros aplicações financeiras	212	35
Total	87.502	112.664
Resultado financeiro	(206.023)	(129.719)

- (a) A Companhia possui contratos de arrendamento reconhecidos no balanço patrimonial como direito de uso do ativo arrendado e respectivo passivo o qual compreende os pagamentos futuros. O montante de R\$ 43.469 refere-se às despesas com juros sobre o referido passivo de arrendamento. (Vide Nota Explicativa nº 19);
- (b) Refere-se à correção monetária de indébito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

28. Subvenção Governamental

Em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 30 da lei 12.973 de 13 de maio de 2014, aditada após a promulgação da Lei Complementar 160/2017 em 07 de agosto de 2017, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

De acordo com as diretrizes do CPC 07 que trata da contabilização, da divulgação de subvenção governamental e da divulgação de outras formas de assistência governamental, a subvenção governamental não deve ser reconhecida até que exista razoável segurança de que (i) a empresa cumprirá todos os requisitos estabelecidos e relacionados à subvenção e (ii) que a subvenção será recebida.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva, principalmente, dos seguintes argumentos:

- a) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como receita nos períodos apropriados;
- b) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação;

- c) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é coerente registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

Deste modo, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou e reconheceu a subvenção de ICMS no valor total de R\$ 126.211, reconhecidos nas respectivas competências, após conclusão da mensuração dos incentivos e retificação das obrigações acessórias destes exercícios.

29. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia procedeu revisão de suas informações fiscais e contábeis, passando a reconhecer os montantes correspondentes a incentivos fiscais relativos a ICMS (vide pormenores na Nota Explicativa 28).

O reconhecimento contábil se deu nos respectivos exercícios em que a Companhia usufruiu dos referidos benefícios, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, constituindo receita de subvenção fiscal, a qual foi excluída das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Procedida a reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	48.399	97.040
Adições	19.767	3.016
Exclusões (Subvenção fiscal)	(126.211)	
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(58.045)	100.056
IR e CSLL às alíquotas vigentes (15% e 9%)	-	(24.014)
Adicional - imposto de renda	-	(9.981)
Total de IR e CSLL sobre o lucro	-	(33.995)

30. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, bem como das propriedades para investimentos. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de mudanças nas taxas de juros e consequente flutuação do valor justo.

b.2) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

31. Transações que não afetam caixa

A Companhia realizou transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Adição contratos de arrendamento	20.794	178.429
Integralização de capital com AFAC	77.401	-
Total	98.195	178.429

* * *